



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

393

2º	PUBLICADO NO D.O.U. Dr. M. 1993
C	
C	Rubrica

Processo no 10183-001.223/91-67

Sessão de : 24 de março de 1993

ACORDÃO N° 203.00.296

Recurso n°: 90.342

Recorrente: JOSE ANTONIO GAZABIN DOS SANTOS

Recorrida : DRF EM CUIABA - MT

ITR - Valor da Terra Nua. Atualização com base em Portaria conjunta dos MEPP e MARA (art. 7º, parágrafo 2º e 5º, do Decreto nº 84.685/80). Negar-se provimento.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por JOSE ANTONIO GAZABIN DOS SANTOS.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1993.

ROSAIVO VITAL GONZAGA SANTOS - Presidente

SEBASTIÃO BORGES TAVARES - Relator

DALTON MIRANDA - Procurador-Representante da Fazenda Nacional

VISTA EM SESSÃO DE 18 JUN 1993

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros RICARDO LEITE RODRIGUES, MARIA THEREZA VASCONCELLOS DE ALMEIDA, SERGIO AFANASIEFF, MAURO WASILEWSKI e TIBERANY FERRAZ DOS SANTOS.

cff/mas/ac



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

394

Processo no 10183-001.223/91-67

Recurso no: 90.342

Acórdão no: 203.00.296

Recorrente: JOSE ANTONIO GAZABIN DOS SANTOS

RELATÓRIO

O Contribuinte acima identificado foi notificado, fls. 02, a pagar o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, Taxa de Serviços Cadastrais, Contribuição Parafiscal e Sindical, CNA e CONTAG, no montante de Cr\$ 488.903,85, correspondente ao exercício de 1990 do imóvel de sua propriedade, denominado Estância São Paulo, cadastrado no INCRA sob o nº 901.156.124.001-3, localizado no município de Paranatinga-MT.

Não aceitando tal Notificação, o Requerente ofereceu a Impugnação de fls. 01/04, solicitando seja recalculado o imposto cobrado, cuja base de cálculo deverá incidir sobre o Valor da Terra Nua, estimado em NCz\$ 600.000,00 segundo a Declaração para Cadastro de Imóvel Rural-DF, apresentada pelo suplicante ao INCRA (fls. 08 e 09).

As fls. 24, manifesta-se o INCRA esclarecendo que "a emissão está correta com base no cadastro em vigor, bem assim baseado no VTN declarado e corrigido legalmente até 1990".

O Delegado da Receita Federal em Cuiabá, às fls. 27/28, julgou procedente o lançamento de ofício, fundamentando sua decisão na seguinte CONSIDERANDA:

"CONSIDERANDO que a Portaria/MEFF-MARA/nº 560, de 27.09.90, fixou em 90,737 (noventa inteiros e setecentos e trinta e sete milésimos) o coeficiente de correção do V.T.N. para o exercício de 1990, em seu item 1, e atualizou pelo referido coeficiente o "valor mínimo da terra nua" (VTNm) para esse exercício, no seu item 2, estando correto o valor do imposto lançado;"

Inconformado, o Contribuinte recorre tempestivamente a este Conselho (fls. 30/32), repetindo os argumentos expendidos na pega impugnatória e aduzindo, ainda, que a Portaria MEFF-MARA/nº 560/90, ao fixar coeficiente de correção do VTN para o ano de 1990, fere os princípios da Constituição Federal e das regras complementares do Direito Tributário que estabelecem que a base de cálculo para o ITR é o valor fundiário, entendido como o Valor da Terra Nua. Desta forma, não pode o Fisco, através de mera portaria, revogar a forma de aplicação e cobrança do imposto estabelecido por lei complementar.

E o relatório.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

395

Processo nº: 10183-001.223/91-67
Acórdão nº: 203.00.296

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR SEBASTIÃO BORGES TAQUARY

Realmente, na Declaração para Cadastro de Imóvel Rural - DP, de 1989, o Recorrente informou que o valor de sua terra, nua, era de Cr\$ 600.000,00 (fls. 09).

Mas, o inconformismo dele, Contribuinte, não procede. É que o governo não revogou a forma de aplicação e cobrança do ITR, no caso; apenas fez corrigir aquele valor estimado de VTN em 1989, usando, para isso, de índice compatível e não contestado, ou seja, o de 90.737% (fls. 24), previsto na Portaria Interministerial nº 560, de 27/09/90.

E essa atualização no Valor da Terra Nua está prevista no Decreto nº 84.685/80, art. 7º, parágrafos 2º e 5º, logo, não se pode alegar violação legal ou constitucional contra essa atualização.

Isto posto e por tudo mais que do autos consta, nego provimento.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1993.

SEBASTIÃO BORGES TAQUARY